



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140770 - CE (2021/0001020-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : FRANCISCO WALISSON DOS SANTOS SOUZA (PRESO)
ADVOGADOS : ROGER PINHEIRO ABREU - CE021961
WALBER OLIVEIRA DE CARVALHO - CE022425
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por FRANCISCO WALISSON DOS SANTOS SOUZA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (HC n. 0637443-93.2020.8.06.0000).

O recorrente fora preso em flagrante, em 30.10.2020, em razão da suposta prática dos delitos previstos nos arts. 157, inciso I, do Código Penal; e 244-B do ECA. A custódia cautelar foi convertida em preventiva, com base no art. 312 do Código de Processo Penal para garantia da ordem pública.

Sustenta o recorrente a ausência dos requisitos autorizadores da prisão cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, aduzindo que tem apenas 18 anos de idade, é primário e possui residência fixa, sendo devida a sua imediata soltura.

Alega que a liberdade é a regra e a prisão a exceção, destacando que não se trata de pessoa de alta periculosidade.

Assevera a desproporcionalidade da custódia antecipada, visto que, em caso de eventual condenação, será fixado regime inicial diverso do fechado, o que lhe confere o direito à liberdade.

Defende a aplicação das medidas diversas da prisão.

Requer, liminarmente, o relaxamento da prisão preventiva, expedindo-se o competente alvará de soltura. No mérito, requer o provimento do recurso para que seja confirmada a liminar requerida ou aplicadas as medidas alternativas, expedindo-se o alvará de soltura.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente